



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 187ª reunião, realizada em 9 de dezembro de 2020

1 Em 9 de dezembro de 2020, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio
3 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente Marília
5 Carvalho de Melo, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
6 Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
7 Abastecimento (Seapa); Marina Pacheco Simião, da Secretaria de Estado de
8 Cultura e Turismo (Secult); Augusta Isabel Junqueira Fagundes, da Secretaria de
9 Estado de Educação (SEE); Beatriz de Oliveira Góes, da Secretaria de Estado de
10 Planejamento e Gestão (Seplag); Eva Irena Kurek, da Secretaria de Estado de
11 Saúde (SES); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretária de Estado de
12 Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Mariana de Resende Franco, da Secretaria de
13 Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Guilherme Augusto Duarte de Faria,
14 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Leorges de Araújo
15 Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques
16 Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Mônica Dietrich, da
17 Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); Alírio Ferreira Mendes Junior, do
18 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG);
19 Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Noraldino Lúcio
20 Dias Júnior e Hilcéia Reis Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e
21 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG);
22 Enio Marcus Brandão Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Licínio
23 Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes
24 da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial e Empresarial
25 de Minas Gerais (ACMinas); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da
26 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Mário Ferreira Campos
27 Filho, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Thiago
28 Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg; Neide
29 Mateus Rodrigues, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de
30 Minas Gerais (Fetaemg); Alexandre Valadares Mello, do Instituto Brasileiro de
31 Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário
32 de Minas Gerais (CMI); Rogério Pena Siqueira, da Associação Brasileira de
33 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Julio Cesar Dutra Grillo, da Associação
34 para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Maria Dalce Ricas, da
35 Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Maria Teresa Viana de Freitas
36 Corujo, do Espeleogruppo Pains (EPA); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento
37 Verde de Paracatu (Mover); Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de

38 Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); Emmanuel Duarte Almada, da
 39 Universidade de Minas Gerais (Uemg); Luís Antônio Coimbra Borges, da
 40 Universidade Federal de Lavras (Ufla); Luiz Alberto Mota Ramos, da Associação
 41 dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg); Guilherme Lana
 42 Pimenta, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG); Celso Bandeira de Melo
 43 Ribeiro, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro). **Assuntos em**
 44 **pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro.
 45 **2) ABERTURA.** A secretária-executiva do COPAM, Ana Carolina Miranda Lopes de
 46 Almeida, declarou aberta a 187ª reunião. **3) COMUNICADOS DOS**
 47 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
 48 “Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar os participantes da reunião e as pessoas
 49 que estão nos assistindo. Gostaria também de dar as boas-vindas para a Marília e
 50 lhe desejar muito boa sorte. No dia 3/12/2020, o MPMG protocolou na 4ª Vara da
 51 Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte uma Ação Civil
 52 Pública em defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado no Estado de
 53 Minas gerais. Aproveito a oportunidade para agradecer ao MPMG por essa
 54 excelente ação. A ACP propõe, entre outras coisas, que o Estado de Minas altere a
 55 atual composição dos conselhos de forma a torná-los verdadeiramente paritários,
 56 visto que hoje a sociedade civil sem fins lucrativos não tem uma participação
 57 equilibrada com o poder econômico nesses conselhos, como as ONGs têm
 58 enfatizado há muito tempo. Sugiro que todos os conselheiros das Câmaras do
 59 COPAM e servidores do Sisema leiam a íntegra dessa Ação Civil Pública, que
 60 considero de extrema importância para que possamos caminhar em direção aos
 61 princípios da prevenção, precaução e sustentabilidade nos licenciamentos
 62 ambientais. A sociedade não pode continuar a ser usada nesses conselhos apenas
 63 para referendar decisões previamente tomadas. Aproveito para dizer que algumas
 64 ONGs se manifestaram sobre a ACP avaliando que ela está muito branda e pedindo,
 65 por exemplo, o cancelamento de alguns licenciamentos conferidos pelo Conselho
 66 da CMI. O caso mais citado é a absurda licença concedida para o alteamento da
 67 barragem de Conceição do Mato Dentro, contrariando claramente a Lei 23.291. É
 68 importante também lembrar que uma parte significativa das ONGs de Defesa do
 69 Meio Ambiente já não quer que haja mais mineração no Estado de Minas Gerais.
 70 Isso é também consequência do insignificante peso que a voz das ONGs tem tido
 71 em Câmaras como, por exemplo, a CMI. Outro assunto importante são os abusos
 72 cometidos por caminhões de mineradoras nas estradas do Estado. O transporte de
 73 minérios usando o sistema viário público como está sendo hoje é inaceitável, pois
 74 tem provocado desastres, mortes, poluição e a degradação do já insuficiente
 75 sistema viário público. Isso representa transferência direta de recursos públicos para
 76 os acionistas das mineradoras. Votaremos contra todos os processos de
 77 licenciamento ambiental que utilizem o sistema viário público para seu transporte de
 78 minérios. Por fim, gostaria de manifestar o meu repúdio à forma como tem sido
 79 tratada a negociação sigilosa entre a Vale e o Estado de Minas Gerais. Os atingidos
 80 pelo crime da Vale foram excluídos das discussões, o que é inaceitável. A Vale vem

81 dividindo as sociedades locais e afastando das discussões os atingidos que não
82 concordem com as suas propostas. Isso ocorreu em Macacos, Brumadinho e outros
83 locais. Em alguns casos a Vale chegou a dizer que iria retaliar caso persistissem as
84 manifestações contra suas propostas. Isso também é inaceitável para as ONGs.
85 Algumas ONGs estão neste momento discutindo a possibilidade de não aceitar mais
86 nenhum licenciamento da Vale, enquanto ela não passar a agir com transparência,
87 escutando e negociando de forma respeitosa com todos os atingidos. É uma pena
88 que tenhamos que chegar a tal situação para que os atingidos pelos crimes da Vale
89 sejam escutados e atendidos. Era o que eu queria dizer. Muito obrigado.”
90 Conselheira Maria Dalce Ricas: “Quanto à falta de transparência da Vale sobre as
91 compensações ambientais, que não sabemos quais foram até agora, eu acho que
92 isso é muito importante. Só lembrando que não é só a Vale, o governo está
93 compactuando com isso. Primeiro que eu queria pedir que a SEMAD faça e
94 apresente um diagnóstico do projeto Plantando o Futuro, que foi feito no governo
95 Pimentel. Um diagnóstico que vá até o final da linha, ou seja, se realmente áreas
96 foram recuperadas. Em segundo lugar eu queria fazer – sem absolutamente
97 desconsiderar que tenham havido realmente fatos positivos para o meio ambiente –
98 uma lista de coisas que eu acho que infelizmente fecharam o ano de 2020 do
99 governo Zema na área ambiental. Como o tempo é pequeno, eu não vou fazer
100 considerações, vou apenas ler os itens. Consolidou e reafirmou a exclusão da
101 sociedade civil organizada no licenciamento das atividades e empreendimento das
102 classes 3 e 4, aprovada no governo Pimentel. Fez a mesma coisa quanto ao decreto
103 sobre atuação de ONGs, proibindo a atuação repetida no COPAM, que até hoje não
104 foi revogado, apesar de promessas do Germano Vieira, ex-secretário. Isentou de
105 compensação empreendimentos não sujeitos a EIA/Rima, assim classificados, pela
106 própria SEMAD, a priori, de estudos ambientais. Ou seja, ele decide o que não é
107 sujeito a EIA/Rima, independente de os estudos ambientais apontarem se é ou não
108 é. Retirou a competência de apreciação de empreendimentos situados na zona de
109 amortecimento de unidade de conservação de seus conselhos consultivos. Mais um
110 ato vergonhoso de alijar a sociedade da gestão dos recursos naturais. Há uma clara
111 tendência em interpretar normas favorecendo o lado econômico e não o meio
112 ambiente, como, por exemplo, aplicar o Código Florestal em detrimento da Lei de
113 Proteção da Mata Atlântica para permitir a derrubada do bioma no Estado. Exclusão
114 absoluta da sociedade do COPAM, cada vez mais enfraquecido e teatral. A ausência
115 de transparência, precariedade, informações não coerentes com as demandas para
116 atendimento da sociedade civil. Decisões monocráticas sobre desmatamento e a
117 ausência de qualquer satisfação ou transparência para a sociedade. Recusa em
118 apresentar para participação da sociedade de um plano de proteção da Mata
119 Atlântica. Nenhum método para evitar o massacre da fauna e tráfico de animais.
120 Nenhuma meta clara para coibir o desmatamento do Cerrado. Não criação de áreas
121 protegidas. Propaganda constante sobre licenciamentos sem qualquer indicativo de
122 melhoria da qualidade ambiental, principalmente no que se refere à proteção à
123 biodiversidade.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Boa tarde a todos. Eu espero

124 não estar sendo tão mal ouvido quanto a Dalce e o seu antecessor. O som chegou
125 aqui muito ruim, com entendimento muito ruim. Eu queria aproveitar o momento e
126 divulgar, como fiz no nosso bate-papo, o nosso Seminário Nacional de Resíduos
127 Sólidos, da Abes, que acontecerá de 16 a 18 de março. Será o maior encontro sobre
128 resíduos da América Latina, e nós estaremos com a abertura com o ministro do Meio
129 Ambiente de Portugal, Sr. Carlos Martins. Nós importamos o ministro para falar para
130 nós, porque Portugal tem muito a falar sobre resíduos. Então eu queria convidar a
131 todos a conhecer o programa, participar e se inscrever no maior e melhor seminário
132 do Brasil de resíduos. Tem a confirmação de participação de todos os países da
133 América Latina mais Portugal. Então todos os conselheiros e entidades eu gostaria
134 que estivessem junto com a Abes nesse seminário, que será virtual, de 16 a 18 de
135 março, com o grande encontro também de startups nessa área de resíduos. Eu
136 convido a todos os conselheiros acompanhar, acompanhem no site da Abes
137 (abesmg.org.br) e participem do nosso seminário.” Ana Carolina Miranda Lopes de
138 Almeida/SEMAD: “Agradeço, Rogério, e desejo todo o sucesso, e pode contar com
139 a divulgação por parte deste Plenário.” Conselheiro Mário Ferreira Campos Filho:
140 “O meu objetivo aqui é fazer um balanço do trabalho da federação ao longo deste
141 ano, e eu gostaria então que todos, na medida do possível, possa escutar esse
142 balanço. A Fiemg, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, atua não
143 só na interpretação e aplicação das legislações dentro da realidade econômica e
144 tecnológica de execução, como também investe nas empresas e junto aos
145 empresários para criação de valor para a sociedade em termos de qualidade de vida
146 e proteção da biodiversidade. A Fiemg busca influenciar as indústrias para melhoria
147 do ambiente de negócios através do compartilhamento de valores, com foco nos
148 aspectos de meio ambiente, sociedade e governança. A fim de exemplificar, a Fiemg
149 atua como parceria da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
150 Sustentável e da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais no Programa de
151 Fiscalização Ambiental Preventiva na Indústria (Fapi), que em 2020 foi para a sua
152 sexta edição. Somente neste ano foram realizados nove workshops com a presença
153 de 663 representantes de empresas. Nas empresas aderentes se aplica o
154 diagnóstico ambiental, o plano de ação corretivo. A Federação das Indústrias instrui
155 e sensibiliza os empreendedores a respeito das melhores práticas ambientais,
156 incentivando-os a obter a regularização ambiental de seus empreendimentos. A
157 Fiemg também elabora e disponibilizar, anualmente, uma publicação denominada
158 ‘Obrigações ambientais’, com as principais normas ambientais que criam obrigações
159 para o setor industrial, com os prazos e a forma de cumprimento das mesmas, com
160 o objetivo de orientar o setor ao correto cumprimento da legislação em vigor. Para
161 auxiliar e solucionar as dúvidas, são realizados eventos em Belo Horizonte e nas
162 cidades das regionais da Fiemg sobre as obrigações legais e ambientais. Nós temos
163 sede em todas as regiões administrativas do Estado. Em 2020, a Fiemg contou com
164 a presença de 1.301 participantes nos eventos sobre obrigações legais ambientais.
165 Ainda para que as indústrias estejam em dia com as obrigações legais ambientais,
166 a Fiemg vem atuando em parceria com a FEAM na implementação do Sistema MTR,

167 Movimentação e Transporte de Resíduos, criado pela Deliberação Normativa
168 COPAM nº 232, de 27 de fevereiro de 2019. Desde então, já foram realizados
169 diversos cursos e workshops em todas as regionais de Minas Gerais, com a
170 capacitação de mais de 1.500 pessoas nas empresas. Por meio do Programa de
171 Economia Circular, a Federação das Indústrias criou oportunidades de negócios
172 coletivos dentro dos distritos industriais e em suas áreas de influência. A federação
173 é tida hoje como uma das principais referências nesse assunto no setor industrial
174 não só brasileiro, mas como mundial, inclusive com prêmios que ganhamos nos
175 últimos anos. Os resíduos de uma empresa viram insumo na produção de outras,
176 gerando novas gerações de fornecimento, sustentabilidade e competitividade. O
177 programa já foi implementado nos distritos industriais de Sete Lagoas e Uberaba,
178 com adesão de 44 empresas, evidenciando redução de emissões de gases de efeito
179 estufa, redução do consumo de matéria-prima virgem, reúso e redução de água,
180 redução de mais de 1,9 milhão de toneladas em disposição final de resíduos em
181 aterros. Para encerrar, a Fiemg fez um estudo sobre distribuição da rede de
182 monitoramento de qualidade do ar, observando que ela não atendia a sua função,
183 por estar concentrada em determinadas regiões, considerando apenas as emissões
184 atmosféricas da indústria. Nesse sentido, propomos uma melhor distribuição dos
185 equipamentos, ampliando a cobertura geográfica, incluindo cidades com mais de
186 100 mil habitantes e abrangendo não apenas as fontes fixas da indústria, mas
187 também as fontes móveis de circulação de veículos. De 48 estações existentes hoje,
188 nós passaremos a contar com 114. Além disso, estuda-se a implementação de um
189 projeto piloto que modifica todo o conceito de medição praticado hoje, com um
190 modelo mais moderno e todo informatizado. Obrigado a todos por terem pelo menos
191 escutado um pouco do trabalho que a gente vem fazendo na federação. Nós temos
192 um tecido industrial diversificado, muito amplo, que vai de uma pequena padaria até
193 uma indústria totalmente moderna, uma indústria de automóveis, passando pela
194 agroindústria. Então temos um desafio muito grande. Mas, dentro da nossa
195 estrutura, é claro que fazemos a pesquisa de interesse, e isso é comum na
196 sociedade, é válido. De vez em quando todos daqui ou alguns, nós estamos em
197 lados opostos, mas o mais importante é que estejamos realmente imbuídos no
198 sentido de mudar o 'mindset' tanto das empresas, do corpo diretivo das empresas,
199 quanto dos empresários, seus acionistas, em prol do desenvolvimento econômico e
200 sustentável." Conselheira Maria Dalce Ricas: "Eu quero saber o que a SEMAD faz
201 depois com as falas dos conselheiros nesta primeira parte. Porque tomando como
202 base a ata, do que eu falei, não teve nenhuma novidade nem sequer atendimento
203 às solicitações que eu fiz." Presidente Marília Carvalho de Melo: "A nossa orientação
204 é que a partir das falas dos conselheiros, se tiver alguma demanda específica, a
205 Secretaria Executiva acompanha com as áreas envolvidas e traz a devolutiva na
206 reunião seguinte." Antônio Augusto Melo Malard/IEF: "Conselheira Dalce, eu não sei
207 se compreendi todos os itens, mas vou abordar dois, que eu consegui ter um
208 entendimento. Um primeiro é relacionado às ações que a Secretaria e o IEF adotam
209 referentes à conservação do nosso Cerrado. O ponto que eu tenho a dizer é que

210 Minas Gerais tem por força de lei, estabelecido no seu PMDI, uma meta bastante
211 arrojada de chegar a 2030 com 15% a mais de vegetação compensada, restaurada,
212 recuperada, quando se comparado àquilo que é suprimido tanto do ponto de vista
213 legal quanto ilegal. É uma meta progressiva, sendo que em 2022 a meta é só de 3%
214 a mais, chegando em 2026 a 9%, e alcançando então 2030 com 15%. No âmbito do
215 Cerrado há outro nosso também importante compromisso junto a algumas
216 instituições – entre elas, eu cito a WWF, o projeto Araticum, que é um pacto pela
217 restauração do Cerrado, assim como já fizemos também com a Mata Atlântica no
218 âmbito do pacto da Mata Atlântica. Então são algumas das ações. Claro que temos
219 muitas ações de fomento. Infelizmente, neste ano, foram muito prejudicadas por
220 conta da pandemia. Então naturalmente as ações de restauração tiveram um
221 impacto muito grande, mas estamos com todo o planejamento para uma retomada
222 a partir de 2021, para alcançarmos essas metas que são bastante arrojadas. Outro
223 ponto que a senhora mencionou, referente ao atropelamento da fauna, é claro que
224 essa é uma questão que não envolve somente o IEF, não envolve somente a
225 SEMAD, envolve uma política maior, não só de Estado também, passando por
226 muitas questões, como, inclusive, educação ambiental, envolvendo também
227 empresas, mas, claro, com um papel fundamental do poder público. Nesse sentido,
228 inclusive, eu cheguei a mencionar em um grande evento, no Congresso Ibero-
229 Americano de Estrutura Viária, promovido pelo professor Alex Bager, que é uma
230 referência nesse assunto – foi um evento na segunda-feira –, que nós estamos
231 caminhando com uma parceria com o professor Alex sobre o importante projeto
232 Sistema Urubu, um projeto muito reconhecido, e o IEF agora fazer parte desse
233 Projeto Urubu com dados referentes às nossas unidades de conservação. E também
234 estamos trabalhando com ele a possibilidade de se fazer o modelamento para
235 definição das áreas de risco de atropelamento da fauna na área de abrangência das
236 nossas unidades de conservação, provavelmente com recursos oriundos da
237 compensação minerária. Então em breve na CPB do COPAM nós devemos levar
238 esse pleito para alcançar esse objetivo, tanto alimentando o Projeto Urubu quanto
239 também criando novas informações nessas áreas de risco, para que aí, sim, possam
240 ser estabelecidos, junto com outros órgãos de governo e algumas concessionárias,
241 pontos estratégicos para algumas melhorias nas nossas rodovias, com o objetivo de
242 minimizar o impacto tanto na fauna doméstica quanto na fauna silvestre.”
243 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Uma observação rápida sobre a fala da Fiemg.
244 Conselheiro Mário Campos, a sua fala é muito bonita, mas parece que vocês não
245 estão participando do COPAM ou da Câmara de Atividades Minerárias. A atuação
246 da Fiemg no Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais, na Câmara
247 de Atividades Minerárias, tem sido lamentável. A participação de vocês é
248 exclusivamente do ponto de vista de como é que o advogado vai defender, dentro
249 da lei que está aí, passar o que eles querem. Não existe um pensamento, por parte
250 da Fiemg, voltado para a sustentabilidade, voltado para a prevenção e precaução.
251 Não existe esse comportamento por parte da Fiemg. Eu vou dar um exemplo que é
252 muito claro, nós estamos perdendo os nossos últimos corredores ecológicos, e a

253 posição da Fiemg, manifesta e defendida por diversas vezes, é que eles só existem
254 a partir do momento em que forem reconhecidos, sabendo que eles têm o domínio
255 dos conselheiros e que não reconhecerão. E com isso aqueles corredores que
256 existem, de fato, que já estão na natureza há milênios, esses corredores nós
257 estamos perdendo. Por outro lado, a SEMAD, porque talvez não queira enfrentar
258 muito essa situação da Fiemg, tem todos os trabalhos de corredores prontos, e o
259 trabalho de corredores não vai para frente. Nós estamos para perder o último
260 corredor da região metropolitana de Belo Horizonte, o corredor que interliga a bacia
261 do Paraopeba com a bacia do Velhas. Esta posição não tem sido a que se espera
262 de uma Federação das Indústrias contemporânea, é uma Federação das Indústrias
263 voltada para a exportação de commodities, está longe de estar voltada para poder
264 ter alguma iniciativa mais sustentável. Você me desculpa, mas eu não posso
265 concordar com o discurso que você fez.” Conselheiro Rogério Pena Siqueira: “Eu já
266 havia falado, Marília, mas agradeço novamente, a minha inscrição é para poder
267 cumprimentar a todos. Eu falei sobre nosso seminário de resíduos, que quero contar
268 com a participação da SEMAD. Será o maior seminário da América Latina nessa
269 área, com participação de um grande nome do meio ambiente de Portugal, Carlos
270 Martins.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conte conosco na
271 Secretaria. O subsecretário Rodrigo está aqui presente, e não só resíduos sólidos
272 urbanos, mas as outras formas de resíduos, com a FEAM. E parabenizar você e a
273 Abes por uma atuação sempre tão técnica e tão focada em assuntos, de fato, para
274 contribuição na construção.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Eu ouço,
275 reiteradamente, nesses Conselhos, essa questão de ‘último isso, último aquilo’ e
276 hoje aqui ‘último corredor ecológico’. Eu preciso dizer que, na verdade, nós estamos
277 no segundo corredor ecológico e que teria sido o primeiro empacado nessa
278 discussão há 30 anos pela insensibilidade das ONGs egóicas, que acham que o
279 corredor mais importante que existe é o da porta de casa, da pessoa que mora ali
280 dentro de um riozinho, que tem um canil colocado em um ‘corguinho’ e que acha
281 que esse nome vai fazer alguma diferença. Mas na verdade precisamos perceber
282 que essa história que corredor do Mutuca tem 30 anos que obstrui a pauta de
283 corredores ecológicos no Estado, sem ir para lado nenhum, simplesmente porque é
284 um corredor ou um suposto corredor inadequado, estritamente inserido em área
285 urbana etc., área profundamente degradada, com muita ocupação. Tem vegetação,
286 mas longe de ser uma área primária, pristina, enfim. É, inclusive, relevante perceber
287 que só aconteceu o corredor Sossego Caratinga no período em que a ProMutuca
288 reduziu a sua atuação neste Estado. Não sei por quê, mas reduziu, e aí houve
289 espaço para que se construísse esse outro corredor, a meu ver, aí, sim, em uma
290 área rural, adequada, sem um objetivo subterfugioso de criar conflitos a partir de
291 corredor e tal. Da mesma maneira que ouvimos dizer que o setor produtivo ‘nessa
292 ou naquela câmara’ só defende aprovar ‘esse ou aquele empreendimento’, nós
293 também percebemos que ONGs, ‘nessa ou naquela câmara’, só defendem recusar
294 todo empreendimento. Por exemplo, essa manifestação, que beira ao ridículo, de
295 que ‘não quer mineração que use via pública’. Fica mais fácil dizer ‘não quer

296 mineração'. Isso são pretextos muito rasteiros para uma agenda que, na verdade,
 297 não é séria. Se a ideia é construir meio ambiente a sério, tem que sair desse
 298 extremismo, tem que sair dessas posições radicais, que, na verdade, nem radicais
 299 são, elas só contêm agendas ocultas ao pretexto de um radicalismo extremado.
 300 Então na minha percepção essa insistência nessas colocações não leva a lugar
 301 nenhum, é mera construção de atrito. O que se pratica na Câmara de Mineração é
 302 mera obstrução dos trabalhos, e a Secretaria nem o público mineiro podem ceder
 303 com isso e nem Minas Gerais pode prescindir da mineração, da agricultura, do
 304 desenvolvimento de tudo que é atividade urbana. Isso quer dizer que concordamos
 305 com a atividade predatória? Não, de forma alguma. Mas esse tipo de confronto,
 306 meramente agressivo, obriga uma posição menos aberta do outro lado. Aí quem vai
 307 ter a capacidade de abrir o diálogo de verdade é um dilema que está na mesa do
 308 que eu conheço já tem 20 anos e não teve solução. Mas é uma constatação até
 309 triste de se fazer.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Primeiramente, boa tarde
 310 a todos. Eu não tive oportunidade ainda, Marília, de te dar os parabéns por este
 311 novo desafio. Nós sabemos que a sustentabilidade é um anseio de todas as
 312 empresas, assim como nosso, da sociedade civil. Nós estamos vendo, ano após
 313 ano, que muitas empresas, talvez os seus representantes – não vou falar ‘as
 314 empresas’ –, mas seus representantes não querem caminhar em prol da
 315 sustentabilidade. Por que eu digo isso? Nós estamos vendo empresa se orgulhando
 316 de projetos ambientais minúsculos, se orgulhando de grandes projetos minerários,
 317 agrícolas, o que for, e não compensando de forma que o meio ambiente se torne
 318 sustentável com a produção. Então realmente essa discussão que vimos aí nos
 319 últimos minutos está muito em pauta ultimamente e é um desafio da Secretaria. O
 320 COPAM, infelizmente, não tem a participação igualitária com a sociedade civil
 321 ambientalista junto das empresas em prol do meio ambiente. Não é igualitário,
 322 estamos vendo isso, que inclusive foi pautado pelo Ministério Público. Eu acho que
 323 temos que avançar nessa discussão. Nós sentimos muito que as empresas do Brasil
 324 não chegaram a ser cobradas, como estão sendo cobrados no exterior. Por
 325 exemplo, os grandes grupos de investidores europeus obrigam que as empresas
 326 tenham o ESG, que é a certificação de sustentabilidade, o ‘environmental, social and
 327 governance’. E no Brasil isso ainda não está em pauta, ainda não está caminhando.
 328 Mas é o nosso desafio. Eu espero, sinceramente, a SEMAD, juntamente com o
 329 COPAM, com um conselho, de fato, equilibrado, para que consigamos conversar
 330 sobre essas oportunidades de melhoria no licenciamento ambiental para dentro da
 331 CMI, dentro da CAP, que consigamos chegar a esse equilíbrio. E aí eu quero passar
 332 o desafio também para os nossos colegas do IEF, do IGAM talvez também. Todo
 333 mundo vai ter que dar a mão para que a gente chegue ao equilíbrio que nós
 334 precisamos. Boa sorte para todo mundo nesta nova caminhada que estamos vendo.
 335 Novas mudanças podem estar vindo no próximo ano, mas não podemos perder de
 336 vista que o que nós queremos é a sustentabilidade, é a produção sustentável a longo
 337 prazo.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Eu fiquei surpresa com a fala do
 338 representante do setor imobiliário. Primeiro que eu não o entendi comparando o

339 corredor Sul com o corredor do Sossego. Não sei aonde está a analogia disso.
 340 Segundo, eu concordo com ele, é uma coisa lógica, nós precisamos da mineração,
 341 da agricultura e de tudo isso, o que não significa que tenhamos de ter isso, de fato,
 342 em qualquer lugar. E terceiro é o seguinte, o setor imobiliário tem zero moral para
 343 falar sobre isso, eles acabaram conseguindo que o governador revogasse,
 344 provavelmente com participação dos técnicos da SEMAD, todas as normas que
 345 protegiam o Vetor Norte da especulação imobiliária. Então não têm o direito de falar
 346 sobre corredores ecológicos. E, por último, se o assunto é repetido é porque o poder
 347 público não responde. Pelo menos que se diga assim: ‘Não vamos fazer corredores
 348 ecológicos coisa nenhuma, podem parar de falar isso, porque nós somos
 349 especialistas no assunto’. Ou então fala ‘vamos fazer’. Então precisa repetir, porque
 350 não tem uma resposta.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “Sobre os corredores
 351 ecológicos, eu já trouxe isso em algumas outras reuniões, não é um assunto
 352 simples, é algo que precisa ser regulamentado. Então nós estamos trabalhando no
 353 decreto regulamentador. Eu até tinha feito não um compromisso, mas achava que
 354 daria tempo de trazer alguma coisa para uma reunião do COPAM, mas ainda está
 355 em processo de elaboração. E alguns dos corredores já citados chegaram a ser
 356 avaliados, inclusive por meio até de projeto de lei, sendo que a alguns desses
 357 faltaram alguns estudos técnicos, alguns outros elementos, mas não significando
 358 que o poder público é contrário a isso. Pelo contrário, nós entendemos a
 359 importância, temos que fortalecer os corredores no Estado de Minas Gerais, mas
 360 com todo o embasamento técnico devido para isso. Estamos sempre abertos para
 361 as discussões, para reuniões. Já conversei com o Julio para nós nos reunirmos e
 362 conversarmos especificamente sobre alguns dos corredores. Mas não é algo
 363 simples, está em processo de elaboração.” **4) EXAME DA ATA DA 186ª REUNIÃO.**
 364 Aprovada por unanimidade a ata da 186ª reunião do Plenário do Conselho Estadual
 365 de Política Ambiental, realizada em 16 de setembro de 2020, com as seguintes
 366 alterações: – Linha 102, onde está escrito “pela nossa região”, leia-se “e na nossa
 367 região”; – Linha 105, onde está escrito “sistemas atuais de defesa do meio
 368 ambiente”, leia-se “sistemas globais atuais de defesa do meio ambiente”; – Linha
 369 136, onde está escrito “deixa essa triste realidade”, leia-se “deixa essa triste
 370 realidade escancarada”; – Linha 144, onde está escrito “muitas vezes”, leia-se “em
 371 muitas frentes”; – Linha 153, substituir a expressão “qualidade real” por “paridade
 372 real”; – Linha 160, substituir “servidores do Sistema” por “servidores do Sisema”; –
 373 Linha 1.043, substituir a palavra “com” por “como”. Votos favoráveis: SEMAD,
 374 Seapa, SEE, Seplag, SES, Seinfra, Sedese, Segov, SEF, Cedec, Crea, PMMG,
 375 ALMG, MMA, AMM, ACMinas, Fiemg, Conselho da Micro e Pequena Empresa,
 376 Fetaemg, Ibram, CMI, Abes, ProMutuca, Amda, EPA, Mover, Ufla, OAB e ABRHidro.
 377 Ausências: Secult, Sede, MPMG, Faemg, Cefet, Uemg e Assemg. **5)**
 378 **RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA**
 379 **GOVERNANÇA DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS DO ESTADO DE MINAS**
 380 **GERAIS. Apresentação: Controladoria Geral do Estado (CGE-MG).** Sílvio César
 381 Zákia Marani, da Controladoria Geral do Estado, fez apresentação dos resultados

382 da aplicação da metodologia de avaliação da governança das instituições
 383 participativas do Estado de Minas Gerais. O conteúdo da exposição foi
 384 disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Conselheira Maria Dalce Ricas:
 385 “Eu quero elogiar o trabalho, é importante para o funcionamento de qualquer
 386 instituição, mas eu acho que essa análise do funcionamento do COPAM – desculpe
 387 se eu entendi errado alguma coisa –, é real, mas acho que seria completa se
 388 avaliasse não só os resultados positivos da atuação do COPAM. Porque não adianta
 389 ter uma pauta arrumadinha, a reunião ser bem organizada, com a situação atual do
 390 COPAM, que perdeu praticamente a sua competência de discutir políticas
 391 ambientais no Estado. A competência é do governo, e o próprio governo sabota o
 392 COPAM descaradamente. Não sei se você sabe, Sílvia, mas em todos esses anos,
 393 modificou e revogou diversas normas de proteção ao meio ambiente, e nenhuma
 394 delas passou pela discussão do COPAM. Eu só queria fazer essa observação, mas
 395 elogiar o trabalho, que é realmente interessante.” Conselheira Maria Teresa Viana
 396 de Freitas Corujo: “Eu queria agradecer o trabalho da CGE, eu ia fazer uma pergunta
 397 na mesma linha que a Maria Dalce fez, se não foi possível inserir uma avaliação no
 398 âmbito realmente do papel do COPAM em relação ao que vem sendo trazido pronto
 399 ao Plenário do COPAM. A partir, por exemplo, de uma análise de todas as pautas,
 400 em que na realidade o COPAM é informado das decisões do Executivo, perdendo o
 401 seu objetivo estabelecido na legislação. Essa avaliação teria sido fundamental
 402 constar nesse relatório. E também a minha pergunta é até que ponto o próprio
 403 sistema do Estado considera o resultado desse trabalho detalhado. Porque em
 404 relação aos outros relatórios da Controladoria Geral, que foram três, posteriormente
 405 eu não testemunhei que isso tenha feito alterações na forma do sistema a partir do
 406 Executivo. E isso então significa que seria muito lamentável que um trabalho tão
 407 detalhado que resulta em estatística e informações não se concretizasse de verdade
 408 na melhoria do que está sendo apontado, que foi o que eu testemunhei em relação
 409 aos relatórios anteriores. Assim como tinham sido os relatórios do TCE, mais
 410 antigos, sobre o funcionamento da SEMAD. A meu ver têm que estar as duas coisas
 411 caminhando junto: avaliações qualitativas, quantitativas resultando em estatísticas
 412 e informações, com – lógico – mudanças. Porque ter tudo isso, e não verificarmos
 413 mudanças, a meu ver, é inclusive um desperdício de trabalho feito, porque não
 414 reflete na melhoria da governança.” Sílvia César Zákia Marani/CGE: “Eu agradeço
 415 às conselheiras pelas suas sugestões e comentários e gostaria de reforçar a ideia
 416 de que nós trabalhamos nessa avaliação em um extrato ainda mais amplo dessas
 417 práticas. Nós não entramos nas práticas específicas de cada um dos conselhos ou
 418 nem sequer das câmaras. É claro que isso é uma sugestão muito bem-vinda. Nós
 419 tivemos esse tipo de sugestão também, por exemplo, na Seapa, de quem sabe
 420 concentrar mais atenção na atividade das próprias Câmaras. Então nós acolhemos
 421 com muito carinho essas sugestões. Gostaríamos também de lembrar o trabalho
 422 que foi feito, recentemente, pela própria CGE na Câmara de Atividades Minerárias
 423 do COPAM, e era exatamente para tentar pensar a composição, não no aspecto
 424 formal da composição, da paridade, mas do ponto de vista muito prático. Então a

CGE está atenta a esse desafio que vocês enfrentam, e o nosso trabalho é mesmo de tentar assegurar a efetividade, ou seja, que esse tipo de resultado tenha algum tipo de modificação da realidade. Isso foi muito bem destacado na fala da Maria Teresa. Então contem conosco, esse é o primeiro passo, medir a temperatura. Tivemos só o primeiro passo de um trabalho que nós começaremos a desenvolver de maneira mais próxima a partir do próximo ano. Mas recebo com muita abertura e carinho mesmo essas colocações e sugestões.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu tenho que dar os parabéns para as iniciativas da CGE e gostaria que vocês da CGE olhassem com atenção a ACP sobre essa questão dos conselhos. Inclusive, no ofício que nós enviamos para o Ministério Público e que foi uma das origens dessa ACP, nós citamos, literalmente, apreços imensos ao relatório da CGE. E eu teria só uma observação para fazer. Eu respondi ao questionário, mas achei que um questionário desse tipo, com respostas, vamos dizer, de múltipla escolha, deixa de fora, circunstancialmente, questões extremamente importantes. Eu sugiro para as próximas pesquisas que vocês deixem um espaço para manifestações e as levem em consideração. Porque ficar amarrado dentro de múltipla escolha complica. Grande parte das respostas que eu iria dar não estava naquela múltipla escolha. Eu acho que é isso aí, um processo de melhoria contínua, tem que ser assim.” Sílvio César Zákchia Marani/CGE: “Muito obrigado, nós recebemos com bastante carinho essa sugestão sua e ficamos pensando se não foi um pouco pelo reflexo... Não sei se o senhor participou, mas há dois, três anos atrás, houve o primeiro levantamento das instituições existentes, e no formulário que os conselheiros preencheram havia, sim, espaço dedicado a esse tipo de contribuição. É claro que pensando nessa nova metodologia, o esforço de padronizar, de tentar lidar com um universo maior de instituições, isso nos levou a ficar presos mesmo a pontos mais objetivos. Mas é uma coisa para ser pensada mesmo, não temos restrição nenhuma a assumir esse tipo de disposição também, de saber escutar um pouquinho mais dentro dessa fórmula.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Agradeço aos conselheiros pelos comentários. Não recebemos ainda da CGE o relatório completo desse trabalho que foi realizado, e tão logo recebermos eu já orientei a Secretaria Executiva que leia e defina um plano de ação sobre as questões apontadas de melhoria do funcionamento do Conselho. Não sei se todos os conselheiros aqui sabem, mas só na área de recursos hídricos, quando eu ainda estava no IGAM, nós instituímos os indicadores de governança da água no Estado de Minas Gerais. Foi uma proposta do IGAM ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou – o Grupo de Trabalho discutiu e aprovou – e institucionalizou os indicadores de governança da água, que teve publicado o seu primeiro relatório no ano passado, e será publicado o segundo relatório neste ano. E lá, especificamente, é mais finalístico, da efetividade da política pública do Conselho enquanto propositor de política pública. Então nós podemos trazer essa discussão para dentro do Conselho, eu acho que, de fato, é bastante efetivo. Agora, pela minha vivência nos dois Conselhos e mais no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e mais recentemente no COPAM, eu percebo que a Secretaria Executiva

468 – eu acho que a Vânia até pode se manifestar, ela que está aqui há muito tempo –
469 recebe pouca demanda de pontos de pauta a serem trazidos a este Conselho,
470 proposições. Essa não é uma função só do Estado enquanto presidente deste
471 Conselho, todos os conselheiros têm igual função em propor temas, mediante
472 observação da competência legal deste Conselho, para que o Conselho discuta.
473 Então eu queria só fazer essa observação porque, de fato – eu sempre falei lá no
474 Conselho Estadual de Recursos Hídricos –, há uma inversão de lógica, o IGAM
475 pauta o Conselho, e não o Conselho pauta a política. Então eu acredito que isso é
476 um ponto importante para discutirmos no momento oportuno, até em função da
477 provocação que a CGE nos faz.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Você tem toda
478 razão quanto à competência e talvez até obrigação dos membros do COPAM e da
479 sociedade de apresentar sugestões de pauta, resta saber se elas serão realmente
480 pautadas. E vou te falar a verdade, Marília, a gente desanima de fazer isso pelo fato
481 que eu citei hoje, que é por exemplo a promulgação e modificação de normas legais
482 na área ambiental sem ouvir o COPAM. Para que o COPAM existe? Nós todos
483 sabemos que normas são pilares da democracia, só se faz o que a lei manda. Então
484 nós temos que ter leis. Quando essas leis são modificadas, essas normas são
485 modificadas à revelia da sociedade, a portas fechadas, como o governo e a SEMAD
486 vêm fazendo, sistematicamente, a gente fica pensando: qual é a função do COPAM
487 então? Eu participo do COPAM, com alguns intervalos, desde 1978, praticamente.
488 E sei muito bem, de cor e salteado, o caminho regressivo, o COPAM descendo a
489 escada e perdendo cada vez mais suas competências e o seu prestígio enquanto
490 formulador, pela lei, de políticas e diretrizes ambientais no Estado. De qualquer
491 maneira, Marília, funcionalmente, você tem razão, nós também podemos sugerir
492 pontos de pauta para o COPAM. O primeiro deles eu já sugeriria, pedir ao
493 governador para não aceitar assinar normas ambientais sem serem discutidas
494 primeiro no COPAM.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “É bom que também
495 tenhamos o entendimento da competência de cada um dos entes nesse processo.
496 Decreto é uma competência do governo do Estado, instrução de serviço é uma
497 competência da SEMAD, portaria é uma competência do IEF. Então não há que se
498 pensar em trazer todas as normas ambientais para o COPAM, de fato. Nós somos
499 instruídos, em função da competência de cada ente, de como a norma deve ser
500 publicado. Não houve revogação de deliberação normativa do COPAM sem que
501 passasse no COPAM. Isso é muito bom que fique claro. Os temas de competência
502 deste Conselho não são editados por resoluções, portarias. Também é importante
503 que isso fique claro. E nós somos muito bem instruídos sempre pela Advocacia
504 Geral do Estado sobre qual é a norma adequada para cada tema. Então eu queria
505 só deixar esse registro, mas entendendo absolutamente a importância deste
506 Conselho para a política ambiental do Estado de Minas Gerais.” Conselheira Maria
507 Dalce Ricas: “Ou eu sou muito burra ou alguma coisa está errada. Porque é o
508 seguinte, não confundamos forma com conteúdo. Eu nunca falei que a Secretaria
509 de Meio Ambiente ou qualquer conselheiro assina decretos, mas discutir o conteúdo
510 dos decretos é claro que é competência de participação da sociedade. Para que

511 existe então? Se de repente a SEMAD, sabe-se lá de que forma, produziu um
512 decreto, por exemplo, de suspensão da compensação ambiental de
513 empreendimentos sem estudos ambientais, a priori, isso é uma coisa que interfere
514 diretamente em toda a política ambiental, interfere nas deliberações normativas do
515 COPAM, interfere nas instruções normativas da SEMAD, interfere nas portarias. A
516 competência formal pode ser, mas o conteúdo teria que passar pelo COPAM, se
517 nós estivéssemos realmente em uma democracia e se o Plenário realmente fosse
518 um Plenário que tivesse a competência de elaborar as políticas ambientais no
519 Estado. Então você me desculpa, Marília, mas eu acho os seus argumentos
520 inaceitáveis e não consigo entender.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Dalce,
521 nós estamos na Secretaria à disposição para discutir, para entender exatamente a
522 competência de cada um dos entes, mas também quero dizer que o governador foi
523 eleito democraticamente, então também cabe a ele editar decretos.” Conselheira
524 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “A minha fala é no mesmo sentido da
525 manifestação da Maria Dalce. Reparem, o COPAM é o Conselho de Política
526 Ambiental e está subordinado administrativamente à SEMAD. Foi invertida a ordem.
527 Lógico que o COPAM não teria como assinar decretos nem nenhum ato normativo,
528 mas é o COPAM o Conselho da Política Ambiental. A discussão, a análise, os
529 entendimentos sobre a política ambiental de Minas são a competência do COPAM,
530 inclusive deliberativa. Está na legislação. Não é de hoje, não começou com o
531 governador Zema, isso vem reiteradamente e cada vez de uma forma mais
532 crescente, sendo invertida a ordem, o COPAM está sendo mero repositório de
533 decisões da SEMAD. Isso, inclusive, ao nosso ver, várias vezes demandada a
534 intervenção de órgãos, como o Ministério Público, é inconstitucional. Porque se o
535 COPAM é o Conselho de Política Ambiental, independente de que a competência
536 no sentido de assinatura de atos tenha vários regramentos, as decisões sobre a
537 política ambiental de Minas Gerais eram obrigatórias de serem trazidas ao COPAM
538 para discussão, análise, e, quando fossem questões mais complexas, criação de
539 Grupos de Trabalho. E nós simplesmente chegamos aqui e recebemos todas essas
540 mudanças prontas, como essa que está sendo construída em relação aos
541 corredores ecológicos. É aviltante, revoltante e inaceitável, e continuamos
542 testemunhando. Cada pauta do Plenário do COPAM nos últimos anos quando
543 olhamos olha é assim, ‘lá vou eu de novo só escutar apresentações e decisões
544 tomadas’. O que nós estamos fazendo aqui? Então isso é muito grave. Eu entendo
545 a indignação da Maria Dalce, é a mesma minha indignação e de muitos, e isso
546 deveria ser objeto de um trabalho, o mais breve possível, da Controladoria Geral do
547 Estado para que realmente se trate essa questão da forma devida. Basta de nós
548 sociedade sermos um mero repositório de decisões de um único ente, que é o
549 Executivo, e sendo nós o Conselho Estadual de Política Ambiental. Está totalmente
550 invertida a ordem, e é gravíssimo que a gente escute da atual secretária um
551 entendimento equivocado desse nível. É só ler a legislação que fala quais são os
552 objetivos e as competências do COPAM. Nós vamos discutir o que então, se em
553 termos de política ambiental quem tem competência de assinar atos e deliberar

sobre temáticas ambientais é só a SEMAD? Então estamos fazendo o que aqui?”
Presidente Marília Carvalho de Melo: “Conselheira Maria Teresa, eu acho que não deveríamos polemizar esse assunto. Eu estou à disposição para discutir em outro momento com a sociedade civil, porque me parece que é uma posição da sociedade civil neste Conselho. Mas eu não falei o que a senhora mencionou da minha fala, eu não falei que as competências para legislar ambientalmente são só do Estado. Eu falei que existem competências que são deste Conselho, existem competências que são administrativas, de atos administrativos internos da SEMAD, do IGAM, da FEAM e do IEF, e existem competências que são do governador do Estado, através de edição de decretos. Foi exatamente o que eu disse. Agora, a senhora, como conselheira, pode solicitar uma consulta à Advocacia Geral do Estado para entender qual é o papel deste Conselho, caso a senhora tenha interesse.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Eu acho que nenhum dos conselheiros presentes participava do COPAM quando foram licenciados a Cidade Administrativa e o Rodoanel Norte. Sem entrar em detalhes, foi uma luta árdua da sociedade civil, do professor Cástor Cartelle, do pessoal de Lagoa Santa, da Amda, para conseguir alguma coisa. Uma delas foi a publicação de um decreto para proteção do Vetor Norte. A criação do decreto foi discutida dentro do COPAM, foi enviado ao governador, e o governador acatou – provavelmente foi ouvida a AGE quanto à forma e tudo –, e foi publicado o decreto. E agora de repente alguém levou para o governador, ele deu uma canetada e revogou tudo, e a sociedade que se dane, eu perca seu tempo em ficar lutado pela defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos.” Conselheiro Emmanuel Duarte Almada: “Eu queria reiterar as colocações da Maria Teresa, da Dalce e dizer que seja este governador ou qualquer outro eleito democraticamente, isso não confere a ele nem ao Poder Executivo carta branca para interferir da forma como achar ou bem entender na política ambiental ou em qualquer outra política pública daquele Estado, daquele ente federativo. Eu acho um outro elemento importante, é, sim, como a Maria Teresa colocou, papel deste Conselho discutir o andamento e como têm se desdobrado nos últimos anos a atuação e a legitimação das competências deste Conselho, previstas também na legislação. E quando pensamos então que existem essas competências de atos administrativos e decretos é óbvio que existe um regramento claro sobre isso, mas não podemos nos ater – como a Dalce falou – à forma e de alguma forma negligenciar que alguns desses atos administrativos possam ter ou tenham uma implicação direta nas políticas ambientais. Então na medida em que qualquer ato administrativo, qualquer decreto tenha uma interferência na reconfiguração, na natureza da política ambiental, cuja formulação é de competência do COPAM, isso pode, sim, e deve ser questionado. E aí eu queria salientar mais uma vez algo que eu já coloquei há pouco tempo no COPAM de que este espaço é um espaço de dissenso. Não podemos querer ou achar que, por não haver dissenso, o consenso é o caminho. É no dissenso que também temos a voz. Então desqualificar as falas, eu vejo isso recorrentemente, e nesta reunião isso também aconteceu, uma desqualificação de falas que são dissidentes, desqualificação de falas que colocam em questão as ações do Estado ou da

597 administração. Eu peço, encarecidamente, que tomemos isso como princípio. E
598 essas falas dissidentes – inclusive, em geral, pelo que tenho acompanhado não só
599 participando como representante, mas acompanhando os debates sobre as políticas
600 públicas ambientais em Minas Gerais – são elas que têm garantido senão a
601 efetivação, pelo menos o debate e colocar na mesa um princípio básico que deveria
602 nortear a nossa ação aqui no COPAM e em outros espaços, que é da precaução e
603 da prevenção. Se essas falas dissidentes continuam sendo desqualificadas, a gente
604 empobrece o debate. Então eu queria enfatizar a necessidade de termos esse
605 cuidado de não desqualificar e de acolher o dissenso, não como forma de
606 acomodação, inclusive, não é acolher para acomodar, mas, de fato, levar a cabo e
607 a sério esses debates. Aqui é, sim, espaço desses debates, que podem causar
608 algum tipo de incômodo, mas é para isso que o Conselho existe. O Conselho existe
609 para debater e para pensar coletivamente, a partir das divergências, os rumos da
610 política ambiental no Estado de Minas Gerais.” Presidente Marília Carvalho de Melo:
611 “Emmanuel, obrigado pela sua manifestação. Eu não vejo aqui nenhuma colocação,
612 até o presente momento, que desqualifica qualquer dissenso. Nós temos
613 representações múltiplas neste Conselho, com entendimentos múltiplos, e de fato a
614 participação da forma que é colocada não só neste Conselho, mas em todos os
615 Conselhos tem esse papel de ouvir opiniões múltiplas, representativas dos diversos
616 setores da sociedade. O que nós estamos agora em discussão – e o senhor sabe
617 tão bem quanto eu, porque o senhor também é servidor de carreira, assim como eu
618 sou – é que nós somos vinculados ao entendimento da Advocacia Geral do Estado
619 em relação a qual tipo de norma cada ente competente tem. Então esse foi o único
620 objeto da minha fala aqui neste momento. Nós temos toda a atenção e temos o
621 entendimento da importância e legitimidade deste Conselho. Se não eu não teria
622 feito a minha fala inicial de que lá no Conselho Estadual de Recursos Hídricos eu
623 reclamava com os conselheiros que o IGAM pautava o Conselho e não o Conselho
624 pautava a política de recursos hídricos. Porque eu acho que, de fato, é disso que
625 nós precisamos. Então todas as propostas de pauta, discussões no âmbito deste
626 Conselho, sendo competência deste Conselho, enquanto eu estiver aqui como
627 secretária, serão acatadas e levadas à frente, como é diretriz do nosso governador
628 Romeu Zema.” Conselheiro Evandro Carrusca de Oliveira: “Pegando um pouquinho
629 da conversa da Dalce, quando falávamos em Vetor Norte, lá no início da Cidade
630 Administrativa, eu fui chamado a dar algumas opiniões e gostaria de repeti-las. Na
631 época, eu chamei a atenção de que ali nós temos uma formação cárstica. Todo esse
632 Vetor Norte caminha praticamente em cima de uma formação cárstica. Por tudo que
633 nós sabemos, é a formação geológica mais vulnerável com relação a água
634 subterrânea, e, para piorar, grandes cidades inseridas nesse Vetor Norte utilizam a
635 água subterrânea. São formações, e isso eu dou nas minhas aulas constantemente,
636 eu não vou discutir se nós temos caverna subterrânea que pode criar abatimentos,
637 eu estou falando de água para se beber. Se vocês pegarem postos de combustível,
638 quando eu trabalhei na FEAM eu consegui acrescentar dentro de uma norma para
639 construção e para instalação de postos de gasolina que em formação cárstica eles

eram obrigados a caminhar dentro da classificação 3, a mais restritiva. Porque qualquer água que cai em cima, qualquer sujeira que cai em cima chega à água subterrânea e em formações cársticas e com a maior rapidez possível. Enquanto em formações de gnaiss, de granitos e outros, até mesmo arenitos, demoram anos para poder chegar para caminhar alguns metros, no caso da formação cárstica, são horas para andar 1 km. Então em qualquer intervenção no Vetor Norte tem que ser levada em consideração a vulnerabilidade de contaminação dessas águas que abastecem a municipalidade. Eu tive a participação em Sete Lagoas em vários postos de gasolina que vazaram próximo de captação de água para um bairro, e assim sucessivamente. Pensem muito nessa vulnerabilidade.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Professor Evandro, eu agradeço a sua fala. Em relação à questão do Vetor Norte, eu vou sugerir, Malard, que façamos uma reunião com aqueles que se manifestaram sobre esse tema, para explicarmos a decisão que foi tomada e os cuidados técnicos que o IEF teve na avaliação. Então, Dalce e professor Evandro, nós chamaremos uma reunião, e o Malard coordenará isso, para que o IEF possa apresentar todas essas questões para vocês. Sílvio, eu agradeço mais uma vez a você, ao Paulo Thomaz e à Thaís, em especial, nossa auditora seccional da SEMAD, por essa apresentação. A Secretaria Executiva já está orientada, assim que receber o relatório completo do COPAM e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a fazer uma avaliação cuidadosa, estabelecendo um plano de ação para as recomendações que porventura contenham nesse documento. Então eu agradeço mais uma vez, parabenizar a CGE por esse trabalho, porque, de fato, a governança é um tema muito caro para o governo do Estado de Minas Gerais.” **6) PANORAMA DO PROGRAMA ÁGUA DOCE - PAD EM MINAS GERAIS. Apresentação: Coordenação Estadual do PAD.** José Ocimar de Andrade Júnior, da Polícia Militar de Minas Gerais, coordenador do PAD/MG, fez apresentação ao Plenário do COPAM sobre a execução do Programa Água Doce em Minas Gerais. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. **7) SISEMA - REALIZAÇÕES 2020 E PLANEJAMENTO 2021. Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG).** Foram feitas apresentações pelos dirigentes da SEMAD, FEAM, IEF, IGAM e ARSAE sobre as realizações da Secretaria e dos respectivos órgãos em 2020 e o planejamento para 2021. O conteúdo das exposições foi disponibilizado no site da SEMAD. Debates. Conselheira Maria Dalce Ricas: “Primeiro registrar a importância das apresentações. Mas retomando a conversa anterior eu entendo que essas apresentações foram trazidas ao Plenário não apenas como informação. Considerando que os órgãos setoriais da SEMAD são executores das políticas ambientais, que no nosso entendimento devem ser discutidas e aprovadas pelo COPAM, a minha proposta é que possamos apreciar as propostas apresentadas e que, na primeira reunião de

2021, voltem para aprovação do Plenário. Nesse ínterim, é claro que teríamos que ter reunião com os órgãos setoriais. Eu tenho dúvida quanto ao IGAM, no caso do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, mas como conselheira do COPAM eu gostaria de palpar. E também registro que no meu entendimento nem tudo que está nesses planos deve ser realmente aprovado pelo COPAM. Há ações que são realmente muito típicas da própria operacionalidade, do próprio funcionamento, mas há muita coisa, sem dúvida, que no meu entendimento a sociedade deve participar. Na minha opinião, deveria ser aberta a participação da sociedade e se dar um prazo. Se eu, por exemplo, fosse colocar os meus questionamentos aqui, nós ficaríamos mais no mínimo, com boa vontade, uma hora. Porque nós estamos falando de políticas públicas ambientais, como vocês colocaram hoje. Então eu reivindico que o COPAM participe, que aprove o que foi previsto na primeira reunião plenária do ano que vem. E quanto à destinação de valores pela Fundação Renova ao IEF, em função de Fundão, nós já formalizamos à Marília – e eu registro aqui – a proposta de que o IEF faça um plano de aplicação de recursos e que esse plano seja levado a discussão e aprovação da Câmara de Proteção à Biodiversidade.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “Conselheira Dalce, os pontos trazidos aqui hoje não são pontos de deliberação, eles remetem a apenas ao que foi entregue no ano de 2020 e o que tem de planejamento previsto para o ano de 2021 na SEMAD e em cada uma das casas.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Como a Teca disse, eu não fico em frente a este computador durante 4 horas só para ouvir informações, eu quero ter o direito constitucional como cidadã e como membro do COPAM de participar efetivamente da elaboração dessas propostas. Ou então para que este Plenário, para que este Conselho?” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “A secretária já abordou esse assunto antes, e nós estamos até voltando a uma discussão. Tem alguns pontos que são de normas internas, outras mais amplas que passarão por este Conselho, tem atividades que são mais operacionais que foram trazidas. Então são todas essas atividades, primeiramente, construídas do ponto de vista técnica, e em cada uma será avaliada qual será a articulação com cada um dos setores, com o COPAM, conforme a interface de cada uma das temáticas colocadas aqui. E aí cabe a cada uma das casas fazer essa identificação e levar para conhecimento.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Eu falei que nem todos os pontos precisariam, necessariamente, ser aprovados, mas há muitas coisas ali, na minha opinião, em que não se informam detalhes. Se eu fosse listar todas as perguntas que eu quero, ficaríamos aqui até 9h da noite.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “O objetivo de trazer o planejamento não é fazer uma discussão, especificamente, de cada item. Mas aqui eu coloco não só o IEF, mas também todas as outras casas e a SEMAD também à inteira disposição para conversar sobre qualquer um dos pontos trazidos no planejamento de 2021, em reuniões específicas. Estamos sempre abertos para reunir, coletar sugestões e apresentar o que a gente vem fazendo.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “Depois desse momento, que eu entendo que a Secretaria e seus órgãos fizeram uma colocação em dois tempos, eu entendo que o primeiro tempo é um tempo de prestação de contas do trabalho realizado. E aí

726 nesse trabalho realizado tem um conjunto muito grande de atividades que são
727 operacionais dos órgãos que compõem a estrutura do Sisema e que são
728 apresentadas como uma prestação de contas ao Conselho. E um segundo
729 momento, em que é apresentada uma proposta de ação, plano de ação para o
730 próximo ano, que tem também um conjunto muito grande de atividades
731 operacionais. Eu gostaria de fazer uma consideração na condição de ser um
732 representante do Ministério do Meio Ambiente dentro deste Colegiado para fazer um
733 destaque ao resultado que nos foi apresentado. Nós temos oportunidade de interagir
734 com diferentes estruturas de meio ambiente em todos os Estados, e eu faço um
735 reconhecimento e um registro da grande realização, em todas as suas áreas, da
736 estrutura de meio ambiente do Estado de Minas Gerais. Nós, através do Ibama e do
737 ICMBio, somos parceiros das estruturas da Secretaria de Meio Ambiente em um
738 conjunto muito grande de atividades. Foram destacados aqui os recursos definidos
739 no acordo com a Vale para trabalho de saneamento em prefeituras que montam a
740 R\$ 100 milhões, foram destacadas parcerias nossas no que diz respeito às
741 atividades de gestão e manejo de fauna e também de combate ao tráfico. Foram
742 destacadas a ação integrada de fiscalização e a gestão integrada do processo de
743 exploração florestal através do Sinaflor, que é um sistema adotado em nível
744 nacional, que é também uma parceria importante. Eu queria registrar que o aspecto
745 que envolve o cadastro e registro de mais de 600 mil beneficiários no Estado de
746 Minas Gerais é gerido em parceria pelo Ibama e pelo Estado e que 60% de todo o
747 recurso oriundo dessa atividade administrativa fica para o Estado. Isso é algo em
748 torno de R\$ 75 milhões de recursos aprovados. E existe também uma parceria que
749 envolve alguns aspectos do licenciamento, quando há necessidade de anuência de
750 Mata Atlântica. Existe uma parceria através do nosso núcleo que trata de
751 emergências ambientais, através de uma ação integrada com o P2R2, que é
752 coordenado pelo Estado. Uma ação integrada da nossa estrutura de combate a
753 incêndios, que atua em parceria com o sistema de prevenção que é coordenado
754 pelo Estado e tem atuação de equipes do ICMBio, do Corpo de Bombeiros, da
755 Polícia Ambiental, das empresas florestais. E esse registro é uma obrigação de
756 reconhecimento a um trabalho que, no nosso entender, vem sendo feito com um
757 esforço crescente de melhoria dos processos, de melhoria nas entregas e,
758 sobretudo, com esse aspecto que envolve um conceito de gestão que é a parceria
759 com os demais entes públicos e privados, o que faz com que a Secretaria de Meio
760 Ambiente de Minas Gerais tenha o reconhecimento nosso como uma das melhores
761 unidades de gestão ambiental do país.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Enio,
762 eu agradeço a sua fala, e, de fato, nós precisamos referenciar todas as parcerias,
763 que permitiram que esses resultados fossem entregues. E eu queria destacar,
764 especialmente, o seu papel aqui na Superintendência do Ibama em Minas nesse
765 trabalho conjunto e integrado não só com a Secretaria, mas com todo o Sisema.”
766 Conselheiro Noraldino Lúcio Dias Júnior: “Eu não poderia deixar de estar aqui
767 presente nesta primeira reunião presidida pela secretária Marília. Eu queria deixar
768 aqui um recado, que a Assembleia Legislativa está aberta para todas as parcerias,

769 como deputado e também como conselheiro. A todos os conselheiros eu quero
770 deixar uma mensagem de que nós tivemos várias conquistas, mas nós temos aqui
771 grandes desafios pela frente e só conseguiremos enfrentá-los de forma positiva se
772 houver essa união, união de órgãos, união de entidades, respeitando a função de
773 cada um. Mas é muito importante essa sinergia em prol do meio ambiente no
774 momento que nós estamos vivenciando. Então ficam aqui essa mensagem de boas-
775 vindas para a nossa secretária e essa mensagem de disposição da Assembleia
776 Legislativa de continuar contribuindo para esse avanço no processo legislativo
777 ambiental do Estado de Minas Gerais. Parabéns pelo trabalho de todos.”
778 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu fiquei assistindo todas as
779 apresentações, a sensação que eu tenho é que existem duas realidades. Não estou
780 dizendo que absolutamente tudo que foi dito que foi feito pelo Sistema é
781 questionável, estou dizendo é que a partir do que nós atuamos, em especial, na
782 frente ligada à mineração, é como se nós tivéssemos duas realidades distintas: a
783 realidade que a SEMAD, a FEAM, o IGAM e o IEF apresentam nesse setor, que é o
784 que eu acompanho mais, e a realidade que é vivida por quem está atuando nisso
785 como sociedade civil organizada. É surreal, porque escutar na prestação de contas
786 como algo positivo resolver os passivos processuais de concessão de outorgas, de
787 autorização de intervenções ambientais e de processos de licenciamento sem isso
788 estar igualitariamente correspondendo à resolução de passivos ambientais, de
789 passivos de avaliação ambiental integrada antes de tomadas de decisão, de
790 passivos de acesso à informação sobre o total de outorgas, onde estão, há quanto
791 tempo, o que isso significa, como as questões de escassez hídrica já configurados
792 no Estado... Então nós temos um sistema de gestão ambiental com prioridades
793 desconectadas verdadeiramente da sustentabilidade ambiental. Não vou entrar, e
794 não há tempo de apontar o contraponto em todas essas questões, mas algumas
795 duas eu quero apontar e têm que ficar registradas. Uma é a mudança, que
796 continuam afirmando que foi para melhor, do sistema de acesso à informação
797 ambiental, que hoje é o SLA. Não importa quantas vezes digam que é maravilhoso
798 e que nós estamos equivocados, porque a verdade é única, e não importa que digam
799 que não é. O SLA hoje é mais uma forma de dificultar o acesso à informação na
800 forma que continua disponibilizada, pelo menos no que se refere, principalmente, à
801 questão da mineração. No Siam, era possível fazer pesquisas, por exemplo, pelos
802 direitos minerários, que é a localização espacial de um empreendimento de
803 mineração, e o SLA não permite. No Siam, os documentos eram todos por ordem
804 de chegada em um processo de licenciamento, com número de protocolo, o que nos
805 facilitava a ter um acesso a uma relação, como um processo mesmo. Qualquer
806 processo administrativo tem que ter esse sequenciamento. E o SLA, não, você entra
807 no SLA, e tem às vezes dezenas de documentos só com o nome do documento,
808 muitas vezes com o mesmo nome. Por exemplo, ‘Prad’, tem um monte de entradas
809 como ‘Prad’. Você tem que clicar em cada um para descobrir onde está o Prad,
810 porque muitos são as ARTs, são outros documentos que não são o Prad. É como
811 se fosse um processo de busca incansável para se ter acesso às informações. Então

812 não é verdade, no nosso ponto de vista, que o SLA melhorou o acesso à informação
813 ambiental. No entanto, o Sistema insiste em dizer que não é verdade. Estou aqui
814 para dizer como é que nós vemos. Uma outra coisa: não é verdade que as
815 mudanças foram todas para melhor, nós temos visto mudanças nas normas muito
816 graves e que estão trazendo reflexos muito grandes. Estão falando que estão
817 atentos e trabalhando na regulamentação da legislação de barragens. Pela CMI,
818 com pareceres favoráveis da SEMAD, passaram alteamentos de barragens com
819 comunidades na zona de autossalvamento, como em Sabará e em Conceição do
820 Mato Dentro, mesmo tendo a Lei Mar de Lama Nunca Mais. Eu tenho acompanhado
821 os processos de licenciamento na CMI, mesmo não sendo mais conselheira, e
822 reiteradamente observo falhas graves na análise. E essa lógica implantada,
823 principalmente, com o secretário Germano, de celeridade, de resolver passivos, no
824 âmbito do verdadeiro olhar para a questão da sustentabilidade ambiental deste
825 Estado, isso não é o caminho. O que não significa que não se teria que tratar de
826 cuidar dos processos ou das outorgas. Mas não pode ser baseado na celeridade
827 nos passivos como se fosse um mero cartório 'que eu não posso deixar acumular
828 processos aqui na minha estante'. Porque isso está levando a consequências, para
829 Minas Gerais, maiores do que já temos hoje colocadas no território. É muito
830 assustador, é muito dolorido testemunhar esse descompasso que existe entre o que
831 se visibiliza como sendo uma gestão ambiental de excelência, quando a prática, e
832 quem está atento e acompanhando isso percebe claramente que independente de
833 algumas questões serem de excelência, nas questões que são os eixos de alicerce
834 sobre a questão ambiental, é o contrário da excelência. Temos requerido ao longo
835 dos anos que se faça avaliação ambiental integrada, que se faça análises de novos
836 processos e de outorgas olhando sistemicamente onde isso está sendo pensado ou
837 pretendido. Sempre o Estado responde que vai ser para depois, que não tem, no
838 momento, estrutura, e nós não somos atendidos nessa demanda. Pois neste ano foi
839 feita a avaliação ambiental estratégica para a mineração de ferro, e, quando
840 tomamos conhecimento e vamos ver qual é o objetivo, não é avaliação ambiental
841 integrada pensando na questão ambiental e de sustentabilidade da questão
842 ambiental, é pensando na sustentabilidade do setor da mineração de ferro. Tanto é
843 que quem vai puxar isso é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
844 à parte do Conselho de Política Ambiental, construindo uma avaliação ambiental
845 estratégica para manter o status quo da mineração no nosso território. Então eu
846 quero que isso fique claro, independente da continuidade de afirmações de que está
847 tudo maravilhoso, excelente, não é verdade. Não significa que não tem servidores
848 que estão fazendo o melhor, que não tem servidores na SEMAD empenhados, não
849 significa que não tem produção durante o ano que foi positiva. Eu estou afirmando
850 para vocês que existem questões estruturais, questões fundamentais que estão na
851 contramão do que seria necessário e urgente na gestão ambiental do Estado. Eu
852 não poderia fechar o ano sem mais uma vez manifestar, porque eu estou por dentro
853 disso tudo, muitas pessoas estão, e existe essa verdade. Então nós temos dois
854 universos em paralelo, e a SEMAD insiste em divulgar uma realidade que não

855 confere 100% com o que nós estamos falando aqui de Minas Gerais e da questão
856 ambiental de Minas Gerais.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Agradeço a sua
857 manifestação, conselheira. Eu vou fazer breves apontamentos na sua fala. Primeiro,
858 o Diogo fez questão de sair lá do canto dele para me mostrar aqui o acesso ao SLA.
859 E aí, conselheira, eu queria colocar à disposição a equipe, porque às vezes está
860 tendo alguma dificuldade mesmo da senhora de acessar os dados. Nós estamos
861 acostumados há algum tempo com o sistema, e muda. Pelo que ele me mostrou
862 aqui. Amanhã, Diogo, você podia, por favor, entrar em contato com a conselheira
863 para fazer um vídeo com ela, abrir e mostrar exatamente, e aí já abre para outros
864 conselheiros que tenham interesse. Conselheira Maria Teresa, eu não estou
865 dizendo que está tudo ótimo. Na verdade, eu aprendi com uma pessoa com quem
866 eu trabalhei na minha vida que as pessoas que estão impedidas de ver os erros, as
867 dificuldades e as falhas nunca avançam. Então essa não é a nossa postura no
868 governo de Minas, essa não é a postura do Sisema, essa não é a minha postura
869 profissional. Então nós temos vários pontos a melhorar, sabemos deles e estamos
870 aqui em um Conselho em que, obviamente, essa devolutiva que a senhora nos traz
871 e todos os outros conselheiros é importante para o aprimoramento do nosso
872 trabalho, essa sempre foi a postura e continuará sendo a partir de agora que eu
873 preciso este Conselho. Eu quero referenciar aqui o Germano, que também sempre
874 deu essa abertura muito clara para trazer as contribuições de todos ao processo. Eu
875 não vou entrar item a item, Maria Teresa, mas estão todos registrados. No ano que
876 vem, nós vamos retomar algumas reuniões setoriais, e eu faço questão de que você
877 esteja conosco nas reuniões setoriais da sociedade civil para recebermos essas
878 avaliações, esses apontamentos, para além do que será feito aqui no COPAM. Nós
879 temos uma sistemática, uma rotina de trabalho e de escuta para que possamos
880 aprimorar o nosso trabalho e também trazer claramente o que é possível, o que não
881 é possível e o porquê, uma vez que nós temos também questões internas,
882 dificuldades, posicionamentos que muitas vezes poderão divergir. Mas vamos
883 buscar convergência naquilo que for possível. Sobre a questão do SLA, Diogo, eu
884 já peço que você amanhã faça contato com a conselheira, e aí já vou abrir, se algum
885 outro conselheiro quiser se manifestar no chat, podemos aproveitar a oportunidade
886 para também mostrar como funciona essa consulta. Além da IDE, que poucas
887 pessoas, de fato, conseguem ou já tiveram o cuidado de olhar. Como são 500
888 camadas, às vezes também pode ter essa dificuldade. Mas todos os licenciamentos
889 estão geoespacializados, os dados estão disponíveis. A outorga mesmo, em que eu
890 entrava sempre e achava alguns erros, voltava lá... O Marcelo era diretor da área:
891 ‘Marcelo, tem umas inconsistências, vamos melhorar’. Então é o que nós estamos
892 fazendo todos os dias aqui. Então agradeço as suas colocações e pergunto ao
893 Renato se ele quer mencionar sobre a avaliação ambiental estratégica, que,
894 conselheira, foi uma demanda do Tribunal de Contas do nosso Estado, através de
895 uma auditoria que foi feita. A senhora deve conhecer bem essa auditoria. E não é a
896 primeira avaliação ambiental estratégica que fazemos, fizemos outras, sob
897 coordenação do servidor Augusto, que hoje, inclusive, está na minha assessoria.

898 Ela não é feita apenas para a questão ambiental, é feita para uma política pública
899 que possa incluir, na sua propositura ou na sua formulação, o tema meio ambiente
900 como tema transversal. Então nós temos os NGAs, que estamos buscando
901 reestruturar. O Pedro, da Seapa, está aqui ainda. Sob a liderança da secretária Ana
902 Valentini, a Seapa tem feito um belo trabalho de reestruturação do NGA, para que de
903 fato a gente insira a variável ambiental nas políticas públicas setoriais. E hoje é o
904 que, de fato, vemos no governo do Estado.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “Só
905 ressaltar que nós temos cumprido, no caso da AAE, todo o rito que está definido nas
906 regulamentações. Os NGAs são instituições importantes para conduzir esse
907 processo, porque vão trabalhar a questão da sustentabilidade para o setor. E
908 ressaltar que não trabalhamos com a manutenção da mineração no status quo em
909 que está hoje, sempre trabalhamos com uma evolução. E esse é um setor de que
910 temos cobrado muito essa evolução, e no intuito da sustentabilidade continuaremos
911 cobrando.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Sobre o conjunto das falas. Marília,
912 você e os servidores do Sisema sabem que eu sou um crítico do atual processo de
913 licenciamento que nós temos no Estado. Esse processo de licenciamento está
914 integralmente nas mãos do poder econômico. No caso da Câmara de Atividades
915 Minerárias, o processo de licenciamento está integralmente na mão das
916 mineradoras. Desde o início, pelo fato de elas escolherem a empresa que vai fazer
917 o relatório de impacto ambiental, até no final, quando ela contrata quem vai fazer a
918 fiscalização, passando por um péssimo, lamentável equilíbrio entre poder
919 econômico e sociedade nos Conselhos. Então isso é péssimo, eu já disse algumas
920 vezes e vou repetir sempre. Nós temos que evoluir com o nosso sistema de
921 licenciamento ambiental, ele está inadequado realmente para a época em que
922 estamos vivendo. Nós não podemos dar continuidade a esse tipo de licenciamento.
923 Essa é a minha opinião. Tem diversas coisas, inclusive incluir no processo de
924 licenciamento a análise de sustentabilidade. E eu vejo que a SEMAD terá uma
925 grande dificuldade para incluir a questão ‘sustentabilidade’. O Renato falou agora
926 da sustentabilidade do ponto de vista do empresário. Isso não existe. Quando será
927 que nós vamos começar a discutir sustentabilidade no Estado. A sustentabilidade,
928 você vai dividir – nesses casos em que nós estamos falando de licenciamento
929 ambiental – em três partes. Do ponto de vista da economia pública, não do
930 empresário. O empresário faz, anteriormente, o estudo de viabilidade econômica
931 dele. Isso não importa, ele só vai entrar com o projeto se achar que tem viabilidade
932 econômica. Nós temos que olhar é a viabilidade do ponto de vista da economia
933 pública. Nós temos que olhar, do ponto de vista da sociedade, as questões e os
934 impactos ao longo do tempo, em curto, médio e longo prazo, os bens materiais e
935 imateriais. E temos que analisar esse mesmo impacto no meio ambiente. Essa é
936 uma inclusão que é necessária. Eu acho que todo o processo de licenciamento
937 ambiental do Estado de Minas Gerais, apesar de todos os elogios e dizer que é o
938 melhor do Brasil. Eu não conheço os outros, devem estar em estado lamentável,
939 porque esse processo de licenciamento ambiental aqui não é bom, está inadequado
940 para o século XXI. Nós temos que começar a utilizar o COPAM ou Câmaras

941 Especializadas para discutir as políticas ambientais. Concordando com a Dalce e a
942 Teca, a participação nossa da sociedade é chegar aqui e escutar, em alguns casos
943 quando vota, vota simplesmente para referendar o que já foi decidido. Vamos cair
944 na real, a sociedade tem que participar. E aqui a sociedade participa apenas para
945 referendar, não dá para continuar a ser dessa forma. O último item que eu queria
946 falar é, muito rapidamente, sobre o IEF, a questão dos corredores. Nós vimos a
947 apresentação do Malard, muito boa, mas não cita os corredores. É uma briga antiga,
948 não está no planejamento de 2021, como não esteve no de 2020, levar para frente
949 essa questão dos corredores. Quando eu ainda estava no Ibama, em 2018, o
950 negócio estava andando muito bem dentro do IEF, andou muito bem dentro do IEF.
951 O trabalho da forma que estava em 2019, o trabalho sobre corredores, ele já poderia
952 ter sido utilizado para que pudéssemos fazer. Isso é claramente, os corredores
953 ecológicos não andam claramente porque uma Fiemg, mineradoras e a Câmara do
954 Mercado Imobiliário não querem. Eles não querem nenhuma restrição, eles vão
955 fazer o que querem exatamente. Essa análise ambiental integrada é imprescindível,
956 nós não podemos continuar a julgar processos como, por exemplo, rebaixamento
957 de lençol freático sem ter um modelo integrado de águas superficiais e profundas
958 que nos permita entender todos os impactos cumulativos e sinérgicos dos
959 licenciamentos e das outorgas que já foram emitidas, para que possamos emitir as
960 próximas. O processo como um todo está equivocado. E era necessário que a
961 SEMAD começasse a rediscutir, porque ela pode até achar 'nós temos que
962 melhorar', mas a coisa continua do mesmo jeito. E eu acho que você entrando agora,
963 Marília, tem um arcabouço técnico de conhecimento indiscutível e poderia ser a
964 pessoa protagonista do início dessas reformas. Nós temos que rediscutir a
965 qualidade do nosso processo de licenciamento ambiental, e para mim é cada vez
966 mais importante, dentro da SEMAD, a discussão sobre sustentabilidade, que tem
967 que começar. Como o Renato falou, a sustentabilidade do ponto de vista do
968 empresário, isso não existe. Nós estamos em um Conselho de Política Ambiental
969 que, quando for discutir sustentabilidade, tem que discutir da forma correta e não
970 assim. E ele fala dessa forma é porque está impregnado dessa questão, porque
971 quem define é o poder econômico. E não pode continuar sendo assim, nós estamos
972 com a política de terra arrasada, por exemplo, do ponto de vista de mineração. Não
973 podemos continuar agindo dessa forma. Desculpa o desabafo. Marília, eu tenho
974 muita confiança de que você é a pessoa que pode protagonizar o início dessa
975 mudança." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Obrigada, conselheiro Julio. Só
976 fazer também breves comentários. Sobre análise de sustentabilidade, você sabe
977 bem que na última reunião que eu presidi, inclusive ainda quando o Germano estava
978 na Secretaria, e nas últimas de que eu participei, eu ouvi com muita atenção a sua
979 fala sobre análise sustentabilidade. Até tentei te pedir no WhatsApp as referências
980 dessa metodologia, o que é análise de sustentabilidade, e você falou um pouco da
981 Alemanha. E procurei aquele livro que você me indicou, de 1995. Depois nós vamos
982 conversar porque eu quero muito entender onde está essa metodologia para a gente
983 trabalhar. Eu concordo que aqui não pode ser uma 'secretaria de licenciamento

984 ambiental'. Esse é um ponto em que nós temos absolutamente convergência, o
985 secretário Germano também tinha convergência com isso. E eu quero sempre
986 reverenciá-lo, até porque ele não está aqui para se defender, e muitas vezes são
987 colocadas algumas questões durante a gestão dele. Então é importante. De fato, eu
988 fiz parte da equipe, e as decisões eram sempre tratadas de maneira muito conjunta.
989 Maria Teresa, eu tenho falado e vou repetir aqui – porque todos sabem como eu
990 sou, falo o que tem que ser falado – que o prazo do licenciamento ambiental não é
991 'prazo do mundo'. Se você acha que está sendo muito rápido, eu acho que está
992 sendo muito devagar. Se está rápido para LAS/RAS e LAS/Cadastro, os
993 licenciamentos convencionais não são rápidos. Existem processos de licenciamento
994 ainda que demandam EIA/Rima, classe 5, 6, que demoram oito, cinco, seis anos. E
995 isso não significa, como nunca significou, perda de qualidade técnica na análise.
996 Não pode significar perda de qualidade técnica. Eu quero até fazer um comentário
997 sobre isso. O único tipo de empreendimento que consegue esperar cinco, seis, sete
998 anos para se licenciar é a atividade minerária, porque, de fato, eles não têm outra
999 alternativa locacional, ou eles vão se instalar aqui no Estado ou não vão se instalar.
1000 Então eu acho que precisamos voltar a esse ponto que o Julio mencionou, que tem
1001 sido também o meu discurso, do licenciamento para boa técnica, pensar quais são
1002 as tecnologias apropriadas, qual é a melhor técnica disponível para controle
1003 ambiental. Esse é o ponto. Eu não sei se a fala foi sua ou da Dalce, no início, mas
1004 não só uma avaliação puramente do que a norma permite ou não permite. Até tem
1005 algumas críticas sobre isso porque as normas também não têm a velocidade do
1006 mundo moderno, da tecnologia, da inovação tecnológica. Quem já transitou de
1007 alguma forma no mundo das startups, da inovação sabe que o mundo hoje tem uma
1008 outra velocidade. Enquanto ficarmos com licenciamento que demora oito, cinco, seis
1009 anos, nós vamos perpetuar a única opção de desenvolvimento econômico no nosso
1010 Estado, a mineração, porque as empresas, as indústrias de transformação, que têm
1011 uma outra dinâmica, não vão aguardar, vão para outros Estados. Então eu quero só
1012 fazer essa fala porque, de fato, eu corroboro a fala do secretário Germano aqui em
1013 diversas vezes de que agilidade não significa perda de qualidade técnica. Concordo
1014 com o Julio que ainda temos deficiências sérias. E aí vou falar do ponto que você
1015 menciona, de água subterrânea. Só que não é o Estado de Minas Gerais, é o Brasil.
1016 Nós precisamos focar em monitoramento, precisamos ter dados, informação de
1017 base para gerenciar. Isso é um ponto. Quando o foco é só no licenciamento, não
1018 nos preocupamos, de fato, com os nossos indicadores ambientais. Esse é um ponto
1019 da própria criação da Subsecretaria de Gestão Ambiental, que tem esse viés. Como
1020 está a qualidade da água, como está a qualidade do ar? Eu ouvi a fala do
1021 conselheiro Mário, no início, sobre a questão do aprimoramento do monitoramento
1022 da qualidade do ar no nosso Estado, o que é absolutamente importante. Hoje temos
1023 poucos pontos de monitoramento, em áreas muito específicas, com foco muito
1024 específico nas emissões de veículos, emissões de fontes móveis. Então precisamos
1025 e vamos no plano que já existe, que vamos agora acelerar, de fato, numa visão de
1026 como que todos esses instrumentos de gestão ambiental, instrumentos de gestão

de recursos hídricos e a política florestal têm, de fato, gerado resultado do ponto de vista dos indicadores ambientais no nosso Estado. Conselheira Maria Teresa, sendo muito franca, não precisa de morosidade para que isso ocorra, precisamos ser ágeis com efetividade, e é isso o que nós faremos. Julio, vamos achar a referência juntos e sentar para conversar com calma sobre isso.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu proponho – e já propus algumas vezes na época do Germano – que façamos uma videoconferência sobre esse assunto. Para a videoconferência, eu preparo algumas planilhas antes para poder mostrar como se realizaria, a gente escolhe um caso específico e trabalha em conjunto para que haja esse entendimento. Porque não vai ter uma fórmula para todos os processos de licenciamento, uma forma de analisar a sustentabilidade. É importante que a pessoa entenda os conceitos e que comece a se desenvolver nessa análise ao longo do tempo. E eu me proponho, realmente, a participar junto com a equipe de vocês para poder fazer essa discussão. Já tem algum tempo que eu me proponho a isso.” Antônio Augusto Melo Malard/IEF: “Conselheiro Julio Grillo, eu vou pedir desculpas, porque fiz a minha apresentação muito rápido. Mas eu cheguei a mencionar, está no planejamento de 2021 tratar sobre a questão dos corredores ecológicos, inclusive com uma norma. É que o tempo foi curto na apresentação. Mas está colocado, está no planejamento, sim, para 2021. E depois nós conversamos com calma, em uma reunião, sobre o assunto. Fico à disposição.”

8) ASSINATURA DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO MINAS GERAIS/REINO UNIDO. Apresentação: FEAM. Item sobrestado pela Presidência devido ao adiantado da hora.

9) NOVO SISTEMA DE CADASTRO E REGISTRO DE FAUNA AQUÁTICA E DE FLORA. Apresentação: IEF. Item sobrestado pela Presidência devido ao adiantado da hora.

10) VENCEDORES DO PRÊMIO NATUREZA GERAIS EM 2020. Apresentação: SEMAD. Fernanda Carla Wasner Vasconcelos fez apresentação sobre o Prêmio Natureza Gerais 2020, destacando que a divulgação dos vencedores será feita na primeira reunião do Plenário do COPAM de 2021, conforme orientação jurídica, “seguindo o entendimento adotado pela Advocacia Geral do Estado para esse tipo de premiação” em virtude do período eleitoral de 2020.

11) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DO PLENÁRIO DO COPAM EM 2021. Apresentação: SEMAD. Aprovado por unanimidade o calendário de reuniões ordinárias do Plenário do COPAM para 2021, com previsão de sessões em 10 de março, 16 de junho, 15 de setembro e 1º de dezembro. Votos favoráveis: SEMAD, Seapa, SES, Seinfra, Segov, SEF, Crea, PMMG, ALMG, MMA, Faemg, Fiemg, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Fetaemg, Ibram, Amda, Ufla e Assemg e ABRHidro. Abstenções: ProMutuca e EPA. Ausências: Secult, SEE, Seplag, Sedese, Sede, Cedec, MPMG, AMM, ACMinas, CMI, Abes, Cefet, Mover, Uemg e OAB. Justificativas de abstenção. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Abstenção, em função da possibilidade de alteração do decreto, porque eu acho realmente que apenas quatro reuniões do Conselho de Política Ambiental por ano são insuficientes. Necessitaríamos de mais, inclusive para que pudéssemos começar a discutir políticas ambientais. Então para não votar contra eu estou fazendo simplesmente

1070 uma abstenção.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu entendo
 1071 que, independente de o decreto estipular quatro ordinárias, poderia ter sido colocado
 1072 em votação já se colocar na agenda mais quatro extraordinárias, para termos
 1073 reuniões no mínimo de dois em dois meses. E teríamos uma agenda já nesse
 1074 sentido. Então eu estou me abstendo porque a agenda da forma que está, a meu
 1075 ver, não atende a necessidade.” Manifestações registradas antes da votação do
 1076 calendário de reuniões de 2021. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:
 1077 “Eu queria dizer que, diante do que foi apresentado pela SEMAD de quantidade de
 1078 mudanças ou alterações em normas ou em aspectos que envolvem a política
 1079 ambiental do Estado, diante do que foi manifestado aqui hoje de que o COPAM não
 1080 pode se restringir a um mero repositório de decisões tomadas pela SEMAD, e nós
 1081 sermos só informados, eu estou trazendo aqui uma proposta. Que durante o ano de
 1082 2021 o COPAM se reúna uma vez por mês. Porque aí não tem como o Estado
 1083 justificar que não pôde apresentar ao COPAM tudo que se refere a mudanças na
 1084 política ambiental. Reuniões do Plenário do COPAM de quatro em quatro meses, no
 1085 ritmo do que foi apresentado hoje, do que a SEMAD, FEAM, IGAM e IEF pretendem
 1086 alterar no arcabouço da política ambiental do Estado, isso é configurar desde agora
 1087 na agenda 2021 que o COPAM continuará sendo um mero espaço para ser
 1088 informado do que a gestão ambiental do Executivo fez com a política ambiental do
 1089 Estado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Só para esclarecer, conselheira,
 1090 essa previsão de quatro reuniões anuais está no decreto. São reuniões ordinárias.
 1091 O COPAM é constituído pelo seu Plenário e as Câmaras Técnicas, que têm outra
 1092 dinâmica de reunião, inclusive com várias questões e propostas normativas. E quero
 1093 voltar a dizer que, a partir do momento em que qualquer conselheiro propuser pontos
 1094 de pauta, temas a serem discutidos, nós convocaremos reuniões extraordinárias, se
 1095 necessário. Da mesma forma, se internamente sentirmos a necessidade de reuniões
 1096 extraordinárias, assim faremos. Hoje é o que está previsto no decreto, são reuniões
 1097 ordinárias, quatro ao ano. Então eu queria colocar em votação.” Conselheiro Thiago
 1098 Rodrigues Cavalcanti: “Eu só queria manifestar, rapidamente, ao final da reunião.
 1099 Eu ouvi tudo que os conselheiros mencionaram, e algumas manifestações chegam
 1100 a nos assustar, porque parece que ‘está tudo errado no Estado, nada funciona’. E a
 1101 apresentação que eu vi hoje da Secretaria de Meio Ambiente e das suas casas
 1102 mostra uma evolução muito grande do sistema e que já vem sendo feita há muito
 1103 tempo. E eu queria concordar muito com a sua fala, secretária, a respeito dos
 1104 processos de licenciamento e da dita agilidade. Eu concordo muito com a tese que
 1105 a Secretaria de Meio Ambiente vem defendendo durante muito tempo de que
 1106 morosidade, como você disse, não significa maior fundamentação técnica ou
 1107 agilidade não significa menor fundamentação técnica. Então eu queria muito dar os
 1108 parabéns à Secretaria de Meio Ambiente neste ano de 2020 e nos anos anteriores
 1109 e colocar o Conselho da Micro e Pequena Empresa e a Federação das Indústrias
 1110 do Estado de Minas Gerais à disposição para apoiar o Estado no que for
 1111 necessário.” Conselheiro Emmanuel Duarte Almada: “Eu vou aproveitar a fala do
 1112 Thiago para reiterar que acho que a crítica e a reflexão que precisamos fazer não

se restringem a prazos, se são oito anos, meses ou dias, mas à necessidade de uma análise integrada, sistêmica, sinérgica, o que vai implicar, necessariamente, em um tempo maior, em muitos casos. É nesse sentido que é preciso compreender essas discussões. Eu reforço a necessidade de que as falas como crítica a um aspecto do processo de licenciamento não sejam tomadas como uma crítica generalizada, sem fundamento, feita de forma quase leviana. Eu acho que é importante entendermos que alguns avanços foram apresentados, que são importantes, e que isso não implica, necessariamente, em nos exirmos de analisar os avanços e transformações que são necessários e urgentes. Voltando à questão do calendário, eu acho que, de fato, seria interessante maior número de reuniões ao longo do ano para que este Conselho possa ter um caráter também propositivo, de pensar de forma mais permanente essas possíveis mudanças e avanços na política ambiental, no processo de licenciamento, de forma geral. Um esclarecimento, eu entendi que há essa definição de quatro reuniões ordinárias, mas se há algum impeditivo de que este Plenário aprecie e vote essa proposta de um número maior de reuniões, que sejam mensais ou que seja outra proposta apresentada. Se não houver nenhum impedimento de que o Plenário já vote reuniões extraordinárias, um calendário que extrapole as quatro previstas no decreto, eu acho que isso poderia ser colocado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Como eu disse, está previsto no decreto. Eu estou disposta, inclusive, a mudar o decreto, desde que a demanda venha. Eu acho que poderiam, inclusive, apresentar para nós uma agenda, quais são os temas. Eu já me comprometo a fazer uma extraordinária no início de fevereiro, e você, a Teca, o Julio, quem se manifestou aqui traz uma proposta de agenda, com plano de ação. E aí, sim, podemos pensar nos encaminhamentos regimentais e dentro das normas hoje vigentes dentro do Conselho, sem nenhum tipo de problema. Mas não há como votar hoje aqui algo diferente de quatro reuniões anuais. E já coloco aqui que podemos convocar uma extraordinária, volto a dizer, no início de fevereiro, a partir do momento que recebermos das pessoas que estão se manifestando uma proposta de temas a serem discutidos neste Conselho.” **12) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Marília Carvalho de Melo
Presidente do COPAM